



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

1 ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
2 COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

3
4 Aos dois (02) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte
5 e um (2021), às quatorze horas e trinta minutos (14h30min),
6 através de vídeo conferência pelo endereço eletrônico:
7 <[https://us02web.zoom.us/j/86288480895?pwd=TkVNamZNQWhG](https://us02web.zoom.us/j/86288480895?pwd=TkVNamZNQWhGS2lId0RyMnNUbUl4dz09)
8 S2lId0RyMnNUbUl4dz09> ID da reunião: 862 8848 0895, senha de
9 acesso: 832198, foi iniciada a vigésima quarta Reunião
10 Extraordinária de Trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário
11 (CES-Jus) do Estado do Amapá, com a seguinte pauta: Dados
12 Epidemiológicos da Pandemia COVID-19; Dados Sobre a Ocupação
13 de Leitos na Rede Hospitalar Pública e Privada do Estado do Amapá;
14 Plano de Vacinação do Estado do Amapá Contra Covid-19. Foi feita
15 a abertura da reunião pelo Excelentíssimo Juiz Federal Leonardo
16 Hernandez – vice coordenador do Comitê Estadual da Saúde –
17 Judiciário, substituindo o Desembargador Carlos Tork, Coordenador
18 do Comitê Estadual da Saúde que estava cumprindo agenda do
19 Tribunal de Justiça. Após a abertura foi feita a verificação dos
20 participantes presentes na sala virtual: **Sra. Aline Almeida**, Juíza
21 do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá; **Sr. Alcedir Rigelli**, do
22 Hospital São Camilo; **Sr. Paulinho Ramos**, Deputado da
23 Assembléia Legislativa do Estado do Amapá; **Sr. Diogo Rogers**, do
24 Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Amapá;
25 **Sra. Emília Pimentel**, Presidente do Conselho Regional de
26 Enfermagem – AP, COREN-AP; **Sra. Iracilda Costa**, Diretora
27 Executiva da Vigilância em Saúde da Superintendência de Vigilância
28 em Saúde do Estado do Amapá; **Sr. Jardel Nunes**, Representante
29 a Bancada Federal; **Sr. Eliezer Viterbino**, Representante da
30 FECOMERCIO; **Sra. Joana Leão**, da UNIMED; **Sra. Alcilene**
31 **Furtado**, Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Amapá
32 (Sindsaúde); **Sr. Ronaldo Dantas**, do Núcleo de Apoio Técnico
33 Judiciário para Demandas da Saúde (NAT-JUS); **Sra. Maribel**
34 **Nazaré**, do Núcleo de Apoio Técnico Judiciário para Demandas da
35 Saúde (NAT-JUS); **Sr. Juan Mendes da Silva**, Secretário de
36 Estado da Saúde do Estado do Amapá – SESA/AP; **Sr. Jose Mauro**
37 **Secco**, da Associação Médica Brasileira – AP; **Sr. Wueber Duarte**
38 **Penafort**, do Ministério Público do Estado; **Sra. Nayma Picanço**,
39 Subsecretária de Vigilância em Saúde do Município de Macapá; **Sra.**
40 **Sílvia Elena Dias Martuchi**, da Universidade Federal do Estado do
41 Amapá (UNIFAP); **Sr. Roberto Bauer**, do Ministério da Saúde no
42 Amapá; **Sra. Maracy Andrade**, da Secretaria de Estado da Saúde
43 (SESA); **Sra. Maria Cecília Faro**, Secretária Adjunta da
44 Controladoria-Geral do Estado (CGE); **Sr. Dorinaldo Malafaia**,

Dorinaldo Malafaia *Assessoria de U.S.S.*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

45 Superintendente da Superintendência em Vigilância da Saúde do
46 Estado do Amapá (SVS); **Sr. Idelfonso Silva**, Representante do
47 Conselho Estadual de Saúde – CES; **Sra. Marcylyne Ribeiro**,
48 Diretora do Centro Judiciário de Conciliação. Aberta a reunião, o
49 vice-coordenador do comitê juiz Leonardo Hernandez justificou a
50 ausência do Desembargador Carlos Tork em razão de estar
51 participando da sessão da Câmara Única no Tribunal de Justiça do
52 Amapá. Após apresentação da pauta o Dr. Leonardo indagou se em
53 relação ao tema da pauta teria alguma demanda de urgência ou de
54 inversão de assunto na pauta. E no ponto elogiou os servidores do
55 Tribunal de Justiça que tem se dedicado ao trabalho junto ao
56 Comitê de Saúde. Com a palavra a Sra. Nayma apresentou o
57 relatório epidemiológico do Município de Macapá, informou que
58 desde o início da pandemia foram contabilizados 68.285 casos
59 notificados, observa que os casos de óbitos confirmados se
60 mantiveram estáveis nas 3 últimas semanas, não havendo
61 variação; que na semana 08, foram atendidos 416 pacientes e 341
62 receitas, que em relação as semanas anteriores houveram
63 decréscimo de 11% com relação ao atendimento e 7% em relação a
64 dispensação de medicamentos; que no portal da Prefeitura de
65 Macapá constam as informações referentes ao quantitativo de
66 vacinados e alimentação do sistema, mas que o portal esta em
67 manutenção, pois foi detectado erro, que entrou em contato com a
68 equipe de tecnologia e estão ajustando para alcançar os dados da
69 segunda dose da vacina, que estão realizando pré-cadastro para os
70 idosos, de acordo com a faixa etária, apresentou o cronograma
71 detalhado para imunização considerando a faixa etária e prioridades,
72 explicou ainda que a transferência da vacinação que ocorreu no
73 Shopping Garden para a quadra da igreja Jesus de Nazaré ocorreu
74 em funções de problemas com a cobrança na taxa de
75 estacionamento. Na seqüência, Dr. Leonardo ressaltou que os dados
76 no portal devem ser alimentados com objetivo dar publicidade e
77 indagou se os conselheiros teriam algum questionamento quanto a
78 apresentação da Sra. Nayma. No ponto o Sr. Weber sugeriu que o
79 Comitê aprovasse recomendação para que o Município de Macapá
80 intensificasse as fiscalizações nos estabelecimentos comerciais de
81 grande porte tipo Atacadão e Assai, pois constatou que os mesmos
82 não estão ofertando nem álcool, que estão apenas medindo
83 temperatura corporal, exigir que seja cumprido o protocolo
84 estabelecido, pois ontem o Hospital Universitário tinha apenas um
85 leito de UTI disponível, reforçou a necessidade do cumprimento do
86 protocolo para que o Estado não chegue no mesmo nível de
87 contaminação pela COVID-19 vivenciado por outros Estados como
88 Santa Catarina, Manaus e outros. No ponto o Dr. Leonardo propôs

Dr. Leonardo

Dr. M. S. S.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

89 ao Comitê que solicitasse aos Municípios, incluindo os
90 estabelecimentos hospitalares, o relatório das multas aplicadas pelo
91 descumprimento do protocolo, pois não tem conhecimento de dados
92 neste sentido, e entende que a existência de sanção sem penação
93 não resolve. Com a palavra Sra. Silvia, relatou que na mesma linha
94 de raciocínio do Dr. Weber que frequenta os supermercados da zona
95 sul, que dispõe de espaço de lanchonete e café, que não faz sentido
96 o uso obrigatório de máscara, quando as pessoas para se
97 alimentarem nesses espaços terão que retirar a máscara, situação
98 esta que gera risco de contaminação aos que estão no ambiente, e
99 questiona se seria considerado essencial o funcionamento de
100 lanchonetes e cafés nos supermercados quando as taxas de
101 contaminação estão em elevação. Na oportunidade o Dr. Leonardo
102 sugere recomendar ao poder público que avalie se são considerados
103 serviços essenciais o funcionamento das lanchonetes e cafés nos
104 supermercados no momento em que os índices de contaminação
105 estão em elevação. Na sequência o Sr. Idelfonso afirmou que o
106 relato da Sra. Silvia é pertinente para este debate, que neste
107 Comitê já foi apresentado um plano para o comércio, mas o setor
108 comercial não atendeu, nesse sentido acredita que tem que haver
109 fiscalização e punibilidade, e ainda, solicita ao Comitê a inclusão do
110 Conselho Municipal de Saúde da capital neste espaço onde dialogam
111 dois entes da federação. Com a palavra Sra. Nayma informou que o
112 Município já assume a fiscalização dos estabelecimentos comerciais
113 e de alimentos como rotina, que a avaliação é semanal, sempre
114 avaliando os riscos desses ambientes e a semana epidemiológica, e
115 a partir do aumento da contaminação e aumento das internações
116 hospitalares que avaliam a necessidade de funcionamento ou não
117 desses estabelecimentos. Noutro ponto com a palavra a Sra.
118 Iracilda apresentou o relatório com os dados epidemiológicos do
119 Estado e informou que houve pequeno decréscimo, apesar das
120 subnotificações, que Laranjal do Jari teve aumento de novos casos
121 de 57,50%, que os óbitos na semana epidemiológica tiveram
122 pequeno decréscimo, que o RT foi o mesmo da semana passada de
123 0,99, que o atendimento e dispensação de receita houve pequeno
124 decréscimo; que houve acréscimo nas internações de 38,5%; que a
125 taxa de ocupação de leitos de UTI no setor público foi em 76% e
126 50% no privado; que a ocupação de leitos clínicos no privado é de
127 58,18% e no público de 58,21%; que a classificação de risco
128 tiveram um mapa bem mais vermelho, com vários município em
129 alto risco, com seis municípios no alto risco, atingiram a pontuação
130 de 22 o que significa risco alto; informou ainda que foram
131 distribuídas 57.600 doses da vacina, sendo 32.800 da D1 e 24.800
132 D2. Após apresentação Dr. Leonardo questionou a situação de

Idelfonso 24/5/21



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

133 Santana que ainda não conseguiu vacinar seu público alvo e
134 solicitou a Sra. Iracilda essa informação na próxima reunião, se o
135 problema é logística, já que o norte é historicamente esquecido.
136 Iracilda disse que vai reunir com os Municípios para identificar quais
137 as dificuldades enfrentadas. No ponto o Sr. Weber questionou se
138 esta havendo controle do saldo das vacinas que não foram aplicadas,
139 e nos frascos que são abertos, se não está ocorrendo estrago, e
140 ainda destacou que o plano de vacina do Município de Macapá esta
141 incompatível com o plano da CIB. Em resposta a Sra. Iracilda disse
142 que o Brasil é o único que tem programa de imunização bem
143 aperfeiçoado, que todas as salas de imunização estão preparadas,
144 que o frasco que vem com 10 doses já vem com uma perda técnica,
145 que na verdade vem 11 doses, que a equipe é treinada, que a
146 planilha apresentada é justamente o controle das doses distribuídas
147 e das dose aplicadas, que é bem controlado pelo Estado, que existe
148 critério de orientação. Na seqüência a Sra. Alcilene questionou
149 sobre os funcionários do estado da saúde que ainda não foram
150 vacinados, sendo vacinados apenas os de linha de frente, enquanto
151 os funcionários do município todos foram vacinados. Em reposta Sra.
152 Iracilda informou que a operacionalização da vacinação é
153 competência do município, mas que ele segue um plano nacional,
154 que junto com o lote de vacina sai uma nota técnica do Ministério
155 da Saúde, que o público da saúde ainda não foi todo atendido, que
156 nesta primeira fase apenas 88% dos profissionais da linha de frente
157 foram vacinados. Com a palavra Dorinaldo informou sobre a
158 pactuação da CIB, que vem sempre adaptando com o Plano
159 Nacional; que chegaram 30 condensadores de oxigênio uma doação
160 da OPAS; que o estado recebeu poucas doses de vacina. Solicitou a
161 palavra Sr. Alcedir informou que a CIB definiu os critérios e os
162 grupos que devem ser vacinados, então solicita que fosse seguido
163 os grupos e critérios, que não entendeu porque os grupos que
164 fazem parte dos hospitais não foram atendidos, pois os hospitais
165 não tem opção de não atender os pacientes, diferentes das clinicas
166 que já foram vacinados, informou ainda que no estado do Ceará
167 todos os profissionais da saúde foram vacinado. Em resposta Sr.
168 Dorinaldo informou que o problema foi o quantitativo de vacinas
169 que o Estado recebeu, que foi desigual, que recebeu apenas o
170 quantitativo para vacinar 88% dos profissionais da saúde. Com a
171 palavra Sra. Iracilda informou que o Estado irá receber novas doses.
172 Na sequencia Sra. Nayma informou que não existe desperdício de
173 doses da vacina, pois existe remanejamento desses fracos na área
174 de atendimento, que as equipes são bem treinadas, que esta
175 seguindo a politica nacional de imunização; que existem as
176 prioridades da prioridade; que o quantitativo recebido ainda é

Dorinaldo

S. Iracilda



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

177 insuficiente. Ato continuo Sra. Emilia informa que através do COREN
178 vem solicitando desde janeiro a SEMSA, SESA e aos hospitais
179 privados o plano de enfrentamento a Covid-19 e no momento não
180 recebeu o retorno da maioria deles; que apenas recebeu o plano de
181 vacinação do Hospital São Camilo; que foi único que enviou a lista
182 dos profissionais vacinados; reforçou a solicitação, que o Estado e
183 os Municípios se comprometeram na reunião da semana passada a
184 enviar, mas não cumpriram, que tem recebido denúncias com a
185 falta de epis; que os profissionais de enfermagem continuam se
186 contaminando, se afastando e não tem retorno da gestão, que
187 precisa que ate sexta feira receber essa informação para saber qual
188 o percentual dos profissionais de enfermagem foram vacinados; que
189 tem 14 mil inscritos; que entende que quantitativo vem a conta
190 gota, que existem prioridades, mas precisam acompanhar como o
191 Estado e Município estão enfrentando e dando essa devolutiva a
192 enfermagem, solicitou que sua fala fosse registrada na integra para
193 passar ao seu jurídico, para tomara as medidas; que esta
194 preocupada com o alto nível de contaminação dos profissionais de
195 enfermagem, que existe carência de profissionais de enfermagem.
196 Dr. Leonardo solicitou que constasse a fala da Sra. Emilia e reitera o
197 pedido de apresentação dos documentos até sexta feira. Com a
198 palavra Silvia informou sobre o retorno de volta as aulas na UNIFAP
199 e diz preocupada, pois as disciplinas são de caráter prático, se já
200 estão com dificuldade em vacinar os grupos de linha de frente. Em
201 prosseguimento Sra. Joana da Unimed apresentou os dados do
202 hospital; que tiveram aumento na ultima semana; que a taxa de
203 ocupação de internação de leitos clínicos de 100% e leitos de UTI
204 ocupação de 50%. Dr. Leonardo prosseguiu a pauta e passou
205 palavra para Sr. Alcedir informou que São Camilo teve crescimento
206 pequeno; que estão com 31 pacientes internado em leitos clínicos e
207 10 pacientes em leitos de UTI. Na sequencia Sra. Maracy informou
208 sobre as taxa de ocupação de leitos do Estado e do Hospital
209 Universitário; que a ocupação dos leitos clínicos é de 75,6%; que
210 HU esta com taxa de ocupação 97% de leitos de UTI ; que hoje
211 estão abrindo 7 leitos de UTI no HU. Com a palavra Sr. Viterbino
212 reitera que o poder público deve continuar a fiscalização pelo
213 cumprimento do protocolo; que se a Federação do Comércio tivesse
214 poder de policia não teria dificuldade em autuar e fechar os
215 estabelecimentos que não cumprem o protocolo; que essa
216 atribuição é do poder público; que não pode penalizar os que estão
217 cumprindo. Dr. Leonardo fez proposição para recomendar a SESA e
218 Secretarias Municipais de Saúde a fiscalização nos estabelecimentos
219 comerciais e de saúde e aplicação de multas, destacando o apoio do
220 Comitê de Saúde as medidas; solicita ainda o quantitativo de multa,

Dr. Leonardo *S.M. R.F.*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

221 se alguma pessoa foi multada no Estado pelo não uso de mascara.
222 No próximo ponto de pauta Sr. Dorinaldo ressaltou a importância na
223 fiscalização; que a equipe da policia civil e militar tem tido baixa
224 com relação a Covid-19, pede ajuda na fiscalização, que não tem
225 efetivo suficiente; que não tem pessoal suficiente para alcançar os
226 balneários; que as multas são feitas pelo município; que o boletim
227 esta no processo de formatação; que o governador viajou com
228 objetivo de realizar a compra de vacinas. Na oportunidade Sr.
229 Idelfonso pediu licença para se retirar da sala em razão de outro
230 compromisso. Prosseguindo na pauta a Sra. Iracilda apresentou o
231 Plano Estadual de Vacinação contra a Covid-19, que o mesmo é
232 baseado no Plano Nacional; que a competência do Estado é
233 coordenar e assessorar os municípios na execução do programa
234 estadual. Solicitou palavra Sra. Emilia e questionou que não
235 recebeu o Plano de resíduos sólidos; que as tratativas vem
236 delongando há mais de 10 anos; que fizeram solicitação do plano
237 especificamente para as áreas que atendem Covid-19, mas até o
238 momento não receberam. Em resposta Sra. Iracilda afirmou que
239 com relação aos resíduos sólidos da vacina já possuem uma rotina,
240 esta tranquilo, com relação aos resíduos hospitalares não sabe
241 informar. Ato continuo Sra. Emilia solicitou a documentação para
242 avaliar se esta sendo encaminhado a contento, uma vez que recebe
243 denuncias de profissionais que se contaminam. Em resposta Sra.
244 Iracilda afirmou que irá encaminhar; que tem o plano pronto; que
245 irá solicitar para a coordenação de imunização para repassar ao
246 Coren. Ato continuo Dr. Leonardo passou palavra ao Dr. Ronaldo
247 que solicitou que fosse esclarecido o plano de vacinação, qual o
248 tratamento etário e qual os limites mínimos para vacinação nas
249 comunidades quilombolas e indígenas. Em resposta Sra. Iracilda
250 informou que para o grupo dos indígenas a vacina não veio
251 especifica para faixa etária, que 100% acima de 18 anos foi
252 contemplada, com relação aos ribeirinhos que o Ministério da Saúde
253 ainda não definiu, que ainda receberam uma quantitativo muito
254 pequeno de vacinas. Em seguida o vice-presidente do Comitê Dr.
255 Leonardo ponderou que irá postergar análise da inclusão dos
256 Conselhos Municipais de Saúde no retorno do Desembargador
257 Carlos Tork, e agradeceu a colaboração de todos e encerrou a
258 reunião.

259
260
261
262
263

RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE
SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

264 Recomendar, por unanimidade, que as Secretarias de Saúde do
265 Estado e dos Municípios intensifiquem as ações de fiscalização sobre
266 o cumprimento das medidas sanitárias estabelecidas, dentre outras,
267 a estrita exigência da adequada utilização de máscaras, inclusive
268 com a aplicação das penalidades previstas, sobretudo as multas.

269

270

271

272

273 Nada mais havendo a tratar, eu, *Vitória Machado*, Secretária executiva do
274 CES, lavrei a presente ata que será lida e assinada após aprovação por
275 todos.

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

Leonardo Hernandez dos Santos Soares.
Juiz Federal Leonardo Hernandez
Vice-coordenador do CES-Jus